

ATA DA 1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 19ª LEGISLATURA, DA CÂMARA MUNICIPAL DE AMÉRICO DE CAMPOS, REALIZADA NO DIA 14 DE JANEIRO DE 2025.

Presidente:- Mailton Luiz Batista de Carvalho Moraes

Secretária:- Natália Perpétua Demarchi

Taila Maria Furquim

A Senhora Presidente: - “Havendo número legal, declaro aberta a Sessão. Pedindo a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos”. Às dezenove horas abriu-se a Sessão com a presença dos Senhores Vereadores: -- (Eber Amâncio de Barros, João Carlos Zuquette, João Vitor David, Mailton Luiz Batista de Carvalho Moraes, Maria Caroline Feltrin Rozales Gomes, Natália Perpétua Demarchi, Norival de Jesus, Osvaldo Antonio de Caíres e Taila Maria Furquim). Após a verificação da presença e constatando-se número regimental, senhor Presidente esclareceu ao Plenário e a toda população que a Sessão foi convocada nos termos regimentais, com a finalidade de deliberar sobre: 01 – Projeto de Lei nº 01/2025 à 15/2025; todos de autoria do Executivo Municipal. Em seguida o senhor Presidente passou, então, para a deliberação das seguintes matérias: 01 – PROJETO DE LEI Nº. 01/2025, autoria do Executivo Municipal. “Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências”. Solicitou ao Secretário para efetuar a leitura da justificativa e do Projeto de Lei. Solicitou em seguida ao Secretário para efetuar as leituras dos Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento nº. 01/2025 e 01/2025, respectivamente, sendo aprovados por unanimidade de votos. Em seguida passou a discussão do Projeto de Lei, sem manifestação, foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade de votos dos vereadores. 02 – PROJETO DE LEI Nº. 02/2025, autoria do Executivo Municipal. “Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências”. Solicitou ao Secretário para efetuar a leitura da justificativa e do Projeto de Lei. Solicitou em seguida ao Secretário para efetuar as leituras dos Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento nº. 02/2025 e 02/2025, respectivamente, sendo aprovados por unanimidade de votos. Em seguida passou a discussão do Projeto de Lei, sem manifestação, foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade de votos dos vereadores. 03 – PROJETO DE LEI Nº. 03/2025, autoria do Executivo Municipal. “Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências”. Solicitou ao Secretário para efetuar a leitura da justificativa e do Projeto de Lei. Solicitou em seguida ao Secretário para efetuar as leituras dos Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento nº. 03/2025 e 03/2025, respectivamente, sendo aprovados por unanimidade de votos. Em seguida passou a discussão do Projeto de Lei, sem manifestação, foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade de votos dos vereadores. 04 – PROJETO DE LEI Nº. 04/2025, autoria do Executivo Municipal. “Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências”. Solicitou ao Secretário para efetuar a leitura da justificativa e do Projeto de Lei. Solicitou em seguida ao Secretário para efetuar as leituras dos Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento nº. 04/2025 e 04/2025, respectivamente, sendo aprovados por unanimidade de votos. Em seguida passou a discussão do Projeto de Lei, sem manifestação, foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade de votos dos vereadores. 05 – PROJETO DE

LEI Nº. 05/2025, autoria do Executivo Municipal. “Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências”. Solicitou ao Secretário para efetuar a leitura da justificativa e do Projeto de Lei. Solicitou em seguida ao Secretário para efetuar as leituras dos Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento nº. 05/2025 e 05/2025, respectivamente, sendo aprovados por unanimidade de votos. Em seguida passou a discussão do Projeto de Lei, sem manifestação, foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade de votos dos vereadores. 06 – PROJETO DE LEI Nº. 06/2025, autoria do Executivo Municipal. “Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências”. Solicitou ao Secretário para efetuar a leitura da justificativa e do Projeto de Lei. Solicitou em seguida ao Secretário para efetuar as leituras dos Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento nº. 06/2025 e 06/2025, respectivamente, sendo aprovados por unanimidade de votos. Em seguida passou a discussão do Projeto de Lei, sem manifestação, foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade de votos dos vereadores. 07 – PROJETO DE LEI Nº. 07/2025, autoria do Executivo Municipal. “Dispõe sobre os débitos e forma de pagamento de tarifas e tributos municipais e revoga as Lei nº 2.179 de 03 de março de 2021, nº 2.407 de 21 de setembro de 2023 e nº 2.472 de 28 de novembro de 2024, e dá outras providências”. Solicitou ao Secretário para efetuar a leitura da justificativa e do Projeto de Lei. Solicitou em seguida ao Secretário para efetuar as leituras dos Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento nº. 07/2025 e 07/2025, respectivamente, sendo aprovados por unanimidade de votos. Em seguida passou a discussão do Projeto de Lei, manifestou-se o edil Osvaldo dizendo ser a favor do projeto, mas antes queria justificar, disse que os cem por cento que vai descontar dos juros para quem pagará a vista concordava, só que tem muita conta, bem de pessoas bloqueados, que devem cinco, seis mil reais, como estava sempre perto do povo sabia como estava a dívida ativa, foi muito brusco o parcelamento em onze vezes, pois estava conversando com o jurídico e o presidente da câmara, não poderia o executivo fazer em quarenta e oito vezes mais, tinha que ser dentro do ano, e achava onze meses pouco e quente tinha a dívida alta e iria parcelar deveria retirar os juros também. Disse ser a favor do projeto, mas não gostou do parcelamento só em onze vezes. Em seguida o projeto foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade de votos dos vereadores. 08 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. 08/2025, autoria do Executivo Municipal. “Dispõe sobre extinção e criação de referências no anexo VI da Lei Complementar nº 1.260, de 07 de fevereiro de 2.001, e dá outras providências”. Solicitou ao Secretário para efetuar a leitura da justificativa e do Projeto de Lei. Solicitou em seguida ao Secretário para efetuar as leituras dos Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento nº. 08/2025 e 08/2025, respectivamente, sendo aprovados por unanimidade de votos. Em seguida passou a discussão do Projeto de Lei, manifestou-se o edil Osvaldo dizendo que todo ano tira uma referência para chegar no salário mínimo, ainda bem que colocaram até a referência 35. A edil Maria se manifestou pedindo vista do projeto, pois alguns projetos que foram colocados em votação hoje, teriam que ser analisados com mais calma, pois forma disponibilizados para os vereadores só hoje e não deu tempo de serem analisados como deveria, e que também não deu tempo de fazer o impacto orçamentário. Presidente disse que o impacto orçamentário estava na secretaria. Presidente colocou o pedido de vista da vereadora em votação, o qual foi rejeitado. Disse ser a favor do projeto, mas não estava regularizando corretamente, estava favorecendo só alguns. Em seguida o projeto foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade de votos dos vereadores. 09 – PROJETO DE LEI

COMPLEMENTAR Nº. 09/2025, autoria do Executivo Municipal. “Dispõe sobre a ampliação de vagas de cargos públicos de natureza efetiva para provimento junto à prefeitura de Américo de Campos/SP, e dá outras providências”. Solicitou ao Secretário para efetuar a leitura da justificativa e do Projeto de Lei. Solicitou em seguida ao Secretário para efetuar as leituras dos Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento nº. 09/2025 e 09/2025, respectivamente, sendo aprovados por unanimidade de votos. Em seguida passou a discussão do Projeto de Lei, sem manifestação, foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade de votos dos vereadores.

10 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. 10/2025, autoria do Executivo Municipal. “Dispõe sobre a extinção de cargo, ampliação de vaga e alteração de referência salarial no quadro de cargos em comissão (anexo I), da Lei Complementar nº 2.280, de 25 de março de 2.022, e dá outras providências”. Solicitou ao Secretário para efetuar a leitura da justificativa e do Projeto de Lei. Solicitou em seguida ao Secretário para efetuar as leituras dos Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento nº. 10/2025 e 10/2025, respectivamente sendo aprovados por unanimidade de votos. Em seguida passou a discussão do Projeto de Lei, manifestou a edil Maria Caroline dizendo que outro ponto que preciso levantar diz respeito à criação de cargos de comissão na área de licitação, o que considero inadequado e possivelmente irregular. A Lei nº 14.133/2021, no artigo 7º, estabelece que a condução de licitações deve ser realizada por servidores efetivos, justamente para garantir a qualificação técnica e a imparcialidade no processo. O princípio da moralidade administrativa previsto no artigo 37 da Constituição Federal também reforça que essa prática pode ferir os preceitos éticos e legais que regem a administração pública. Em seguida o projeto foi colocado em votação, onde a edil Maria Caroline pediu vista. Presidente colocou o pedido de vista em votação, sendo rejeitado pelos vereadores. Em seguida colocou o projeto em votação sendo aprovado por 7 votos favoráveis e 01 voto contrário da edil Maria Caroline.

11 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. 11/2025, autoria do Executivo Municipal. “Dispõe sobre alteração de denominação e de referência de cargos do quadro de pessoal de provimento efetivo – anexo I – 40 horas semanais, da Lei Complementar nº 1.260 de 07 de fevereiro de 2.001 e dá outras providências”. Solicitou ao Secretário para efetuar a leitura da justificativa e do Projeto de Lei. Solicitou em seguida ao Secretário para efetuar as leituras dos Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento nº. 11/2025 e 11/2025, respectivamente sendo aprovados por unanimidade de votos. Em seguida passou a discussão do Projeto de Lei, sem manifestação, foi colocado em votação, a edil Maria Caroline pediu vista ao projeto. Presidente colocou o pedido de vista em votação, sendo rejeitado pelos vereadores. Em seguida colocou o projeto em votação sendo aprovado por unanimidade de votos.

12 – PROJETO DE LEI Nº. 12/2025, autoria do Executivo Municipal. “Dispõe sobre a possibilidade de criação de 03 (três) gavetas em único jazigo do cemitério municipal e particular e dá outras providências”. Solicitou ao Secretário para efetuar a leitura da justificativa e do Projeto de Lei. Solicitou em seguida ao Secretário para efetuar as leituras dos Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento nº. 12/2025 e 12/2025, respectivamente sendo aprovados por unanimidade de votos. Em seguida passou a discussão do Projeto de Lei, manifestou-se a edil Maria Caroline pedindo vista ao projeto. O edil Osvaldo disse que antes da votação do pedido de vista, queria justificar o cemitério foi feito em cima de um projeto e agora está sendo mudado. Sacrifica o Município agora colocando mais três gavetas na vertical, era uma decisão de providências futura. Mailton disse que era uma questão de necessidade. O edil Éber disse que esse projeto do cemitério,

conversou com várias pessoas e a maioria falou ser favorável, e ele era favorável ao projeto. Em seguida o Presidente colocou o pedido de vista da vereadora em votação, sendo rejeitado. Ato seguinte o projeto foi colocado em votação sendo aprovado por 07 votos favoráveis e 01 voto contra da edil Maria Caroline. 13 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. 13/2025, autoria do Executivo Municipal. “Dispõe sobre a revisão geral anual das remunerações dos servidores públicos municipais ativos e inativos, do poder executivo e do poder legislativo do município de Américo de Campos, altera algumas referências salariais e dá outras providências”. Solicitou ao Secretário para efetuar a leitura da justificativa e do Projeto de Lei. Solicitou em seguida ao Secretário para efetuar as leituras dos Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento nº. 13/2025 e 13/2025, respectivamente sendo aprovados por unanimidade de votos. Em seguida passou a discussão do Projeto de Lei, manifestou o edil Osvaldo dizendo terminar de explicar sobre as referências onde o funcionário que recebe a referência dezoito, com 4,83% de aumento iria subir quase setenta e cinco reais, então o ano que vem irá ter que retirar a referência dezoito, por isso precisaria de uma reestruturação. Deixou um lembrete para que o executivo mande o projeto de aumento da cesta básica. Presidente disse que o Prefeito já estava fazendo as contas para mandar o projeto. Falou também que o setor financeiro da prefeitura já estava analisando para fazerem a reestruturação salarial. Em seguida o projeto foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade de votos. 014 – PROJETO DE LEI Nº. 014/2025, autoria do Executivo Municipal. “Dispõe sobre autorização de reajuste, pelo índice de correção IPCA, a base de cálculo do imposto predial e territorial urbano (IPTU), para o exercício de 2025”. Solicitou ao Secretário para efetuar a leitura da justificativa e do Projeto de Lei. Solicitou em seguida ao Secretário para efetuar as leituras dos Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento nº. 014/2025 e 014/2025, respectivamente, sendo aprovados por unanimidade de votos. Em seguida passou a discussão do Projeto de Lei, sem manifestação, foi colocado em votação, sendo aprovado por 06 votos favoráveis e 02 votos contrários, sendo da edil Maria Caroline e o edil João Vitor. 015 – PROJETO DE LEI Nº. 015/2025, autoria do Executivo Municipal. “Autoriza o Poder Executivo a transferir no exercício de 2025 recursos financeiros através de termo de colaboração e ou fomento, a ABC – Associação Bem Comum, nos termos das Leis Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1.964, Lei Federal nº. 13.019 de 31 de julho de 2.014 e Lei Federal nº. 13.204 de 14 de dezembro de 2.015”. Solicitou ao Secretário para efetuar a leitura da justificativa e do Projeto de Lei. Solicitou em seguida ao Secretário para efetuar as leituras dos Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento nº. 015/2025 e 015/2025, respectivamente, sendo aprovados por unanimidade de votos. Em seguida passou a discussão do Projeto de Lei, sem manifestação, foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade de votos dos vereadores. Por fim o senhor Presidente agradeceu a Deus pelo bom andamento dos trabalhos, declarando encerrada a Sessão. Para constar, foi lavrada a presente Ata, que após sua leitura e achada conforme, vai assinada pelos senhores Presidentes e 1ª Secretária.


Mailton Luiz Batista de Carvalho Moraes
Presidente


Natália Perpétua Demarchi
1ª Secretária